



(RE)MEMORAR: A MEMÓRIA COMO ATO POLÍTICO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Recollect: memory as a political act in public spaces

Adna Lusane Nunes Ferreira*

RESUMO

A memória é um exercício utilizado desde a Antiguidade Clássica. Trata-se de recordar de fatos que já aconteceram e permaneceram no imaginário individual ou coletivo. Na Grécia antiga, o espaço público era o local escolhido para debater ideias e contar os feitos dos cidadãos. Atualmente, percebe-se que os espaços públicos estão cada vez menos ocupados e que a memória tem sido resumida a “história oficial”. A partir de tais observações, o presente trabalho tem por objetivo tecer reflexões sobre a memória nos espaços públicos, a fim de possibilitar a construção de sujeitos da memória, além de problematizar o exercício da memória em um espaço público específico que é a instituição escolar. O aporte teórico deste estudo está fundamentado em Arendt (2016), Sarlo (2012) e Ricoeur (2007).

Palavras-chave: instituição escolar; memória; narrativa.

ABSTRACT

Memory is an exercise used since Classical Antiquity. It is about remembering facts that have already happened and remained in the individual or collective imagination. In Ancient Greece, the public space was the chosen place to debate ideas and tell the citizens deeds. Currently, it is noticed that public spaces are less and less occupied and that memory has been reduced to “official history”. Based on the observations, this work aims to reflect on memory in public spaces, in order to enable the construction of subjects of memory, in addition to problematizing the exercise of memory in a specific public space, which is the school institution. The theoretical contribution of this study is based on Arendt(2016), Sarlo (2012) and Ricoeur (2007).

Keywords: school institution; memory; narrative.

A memória se constitui como um exercício de trazer à tona lembranças de eventos passados que nos ocorreram em âmbito individual ou coletivo. No início da nossa constituição

* Discente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

social, nossos antepassados costumavam utilizar os espaços públicos para discutir ideias, repassar conhecimentos e exaltar os grandes feitos daqueles que se tornaram heróis no imaginário popular do seu grupo social.

Na Grécia Antiga, cabia ao poeta narrar os feitos dos heróis. Considerado enviado dos deuses, através de sua narrativa o poeta outorgava imortalidade ao simples homem, que por suas peripécias tornara-se um herói. A palavra do poeta era absoluta, quem o questionasse estaria questionado os deuses.

Com a passagem do Antigo para o Novo Regime, o Estado passou a desenvolver diversas táticas que tinham por objetivo sofisticar os meios de regulação da sociedade e do indivíduo (FOUCAULT, 2011). A figura do poeta foi substituída, então, pelos homens de letras e soberanos, que utilizavam do seu poderio intelectual e econômico para persuadir os seus pares.

As políticas de esquecimento foram mecanismos utilizados para controlar a sociedade. Elas possuem como característica privar os sujeitos de conhecerem todas as nuances de um fato ocorrido e, assim, os impedir de discuti-lo no espaço público, utilizando métodos como tortura, silenciamento e imposição de “histórias oficiais”. É possível perceber a produção, intensificação e multiplicação dos discursos disciplinares, que procuram segregar as memórias em: aquelas que serão lembradas e as que devem ser esquecidas, com a desculpa da normatividade e da manutenção do *status quo* social.

A memória está intimamente ligada ao esquecimento. É humanamente impossível recordar-se detalhadamente dos fatos ocorridos. É no solo do espaço público que as memórias de um mesmo acontecimento convergem e dão origem aos relatos escritos. As políticas de esquecimento vêm tornando o espaço público, antes um local discussão e pluralidade, agora um ambiente pequeno, fechado e repleto das mesmas opiniões.

Este trabalho tem por objetivo tecer reflexões sobre a necessidade de exercer o direito à memória nos espaços públicos, a fim de possibilitar a construção de sujeitos da memória, além de problematizar o exercício da memória em um espaço público específico que é a instituição escolar, tendo como aporte teórico autores como Arendt (2016), Sarlo (2012) e Ricoeur (2007) que incitam diversas reflexões sobre política e memória.

O exercício da memória no espaço público propicia que a pessoa humana reconheça sua própria voz enquanto participe de uma comunidade a fim compreender quem é, quem pode se tornar e que regras devem ditar suas ações. Tal espaço deve abrir a possibilidade de ser (re)construído, pois um fato, retém diferentes memórias.

1. A MEMÓRIA É DE VIDRO

Ter memória, recordar, conhecer fatos faz parte da construção da identidade de qualquer ser humano. Desde a infância são retidas diversas lembranças de acontecimentos e vivências dos

indivíduos que irão influenciá-lo ao longo da sua vida na sua relação consigo e com os outros, ao passo que

A memorização consiste nas maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneçam disponíveis para uma efetuação, marcada do ponto de vista fenomenológico por um sentimento de facilidade, de desembaraço de espontaneidade (RICOEUR, 2007, p.73).

Memorizar é um ato cultural, que vem sendo exercido desde que os grupos nômades começaram a se organizar em sociedade. Teve início como um meio para perpassar as histórias dos antepassados, para que fossem lembrados pelas gerações vindouras. Por ter funcionado, a memória então passou a ser a principal responsável por fixar as tradições.

É no espaço público que as lembranças tomam forma de atos políticos, pois, conforme Ricoeur (1999, p.30), a experiência enquanto experienciada, como vivida, permanece privada, mas a partir do momento em que há um compartilhamento de experiências e transferências de informações, ela ganha significação tornando-se pública.

É nesse espaço que a memória deve ser exercitada e que os sujeitos têm a oportunidade de fazer dela um fundamento para a construção de uma sociedade digna e justa. Ricoeur (2007, p.71), reitera que “lembrar não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa”.

Sobre o uso da reminiscência, Ricoeur (2007) salienta que seu exercício carrega a possibilidade de abuso, pois não há como prever que proveito ou quais intenções estão encobertas na retórica de um dado indivíduo. Por isso a necessidade do “outro”, pois cada outro possui sua versão do mesmo fato.

No decorrer da história, diversas memórias foram retidas, excluídas e esquecidas pelo simples fato de que não cabiam nos interesses daqueles que detinham o poderio econômico e político de uma determinada sociedade, fazendo com que sua história fosse construída a partir do que Arendt (2016) chama de “mentira organizada”, edificada sobre opiniões e perpetuada pelos governantes e corpo social.

A fabricação, mas não a ação ou a fala, sempre implica meios e fins: de fato, a categoria de meios e fins obtém sua legitimidade de esfera do fazer e do fabricar, em que um fim claramente reconhecível, o produto final determina e organiza tudo que desempenha um papel no processo- o material, as ferramentas e apropriada atividade e mesmo as pessoas que dele participam. Tudo se torna meros meios dirigidos para o fim e justificados como tais. Os fabricantes não podem deixar de considerar todas as coisas como meios de seus fins, ou conforme seja o caso, julgando todas as coisas por sua utilidade específica (ARENDR, 2016, p.269).

Utilizando o princípio de fabricação, Arendt (2016) pondera que é mais fácil acreditar nas mentiras organizadas e elaboradas a partir de opiniões do que dar credibilidade aqueles que escolheram contar a verdade. Ao contrário, segundo ela, os que escolheram o lado da verdade

foram ridicularizados e descredibilizados. Já o mentiroso abusa da sua liberdade, pervertendo-a e moldando os fatos ao seu bel prazer.

Para a memória artificial tudo é ação, nada é paixão. Os lugares são soberanamente escolhidos, sua ordem oculta a arbitrariedade de sua escolha, e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinados. Duplo desafio pois: do esquecimento e do ser-afetado (RICOEUR, 2007, p.80).

Os fatos, então, são organizados, disseminados e modificados com o objetivo de persuadir as massas, fixando-as em um lugar de controle e mantendo a estratificação e a desigualdade social. O espaço público é escasso e vazio de discussões porque dá lugar de fala à parcela da população que Arendt (2016) denomina “boa sociedade”. Nessa perspectiva, o espaço público é uma maquinaria de perpetuação das políticas de esquecimento.

A narrativa é ferramenta imprescindível para o sucesso e corroboração das memórias. Ela retrata a experiência vivida de modo que aqueles que escutam possam compreender e acatar como verdade. Segundo Sarlo (2012), a narração de uma experiência está unida ao sujeito na cena do passado. É através da linguagem, da narrativa, que a experiência pode ser sentida e representada no imaginário dos ouvintes ou leitores.

Em sua obra *Contingência, Ironia e Solidariedade*, Rorty (2007) aponta a linguagem como mediadora entre o homem e o mundo. É através dela que as memórias são contadas, recriadas e recontadas às diferentes gerações. Ele aponta para o fato de que a linguagem não é estática, mas se transforma para atender as necessidades dos grupos sociais.

Utilizando-se da linguagem, o homem passou a narrar suas memórias e produzir “verdades”. Ou como diz Rorty (2007, p.28): “Não existem adequações ao mundo, mas descrições criadas e recriadas. A verdade é feita, não descoberta”. Contando os acontecimentos vividos pela metade ou priorizando o que importa para o crescimento de determinado grupo, algumas memórias são esquecidas, dando lugar à chamada “memória oficial”.

Assim, o narrador enaltece algumas lembranças e negligencia os acontecimentos. É como comparar um livro a um filme. Diversas informações são omitidas para deixar a trama mais enxuta e instigante. As memórias cotidianas são apagadas para dar lugar aos grandes feitos dos heróis nacionais.

É o que segundo Vidal Naquet (1988) fazem os revisionistas que, cientes de um fato ocorrido, tentam desconstruir e recontar a história a seu modo, descredibilizando os diversos atores da memória, exaltando a “história oficial” ou utilizando-se do argumento de que não há saída, afinal hora ou outra certos fatos, como a instituição de governos totalitários, teriam que acontecer.

A “memória oficial” de uma comunidade encobre diferentes discursos úteis e públicos que objetivam regulamentar a maneira como os indivíduos devem agir e se portar mediante as histórias contadas e esquecidas. Ela é um meio de privá-los da liberdade de pensamento e das discussões no espaço público.

Na obra *Cascas*, Huberman (2017, p.34) cita que “todo espaço é rasurado, riscado,

ceifado, barrado, escorchado pelo arame farpado”. Questiona-se com quantos arames farpados temos nos deparado na construção historiográfica, com quantos embelezamentos de espaços temos nos encantado? Quantos algozes temos enaltecidos? Quantos sujeitos comuns temos deixados enterrados?

Diversas vezes os espaços são ressignificados e tomados como lugares de cultura, dando lugar ao esquecimento das diversas ações, discussões e experiências geradas em certo espaço temporal. Locais antes de luta e resistência, tornam-se pontos de encontro e diversão, sufocados pelos arames do esquecimento.

Assim como este espaço sufocado por arames farpados é a verdade fatural. Ela nasce no terreno dos espaços públicos, mas ao contrário da verdade racional, que se formula a partir de ideologias, é frágil, e pode ser desmentida e reconstruída a qualquer momento, já que é fundada na narrativa e depende dos espectadores que atestam e narram os acontecimentos.

Mesmo que admitamos que cada geração tem o direito de escrever sua própria história, não admitimos mais nada além de ela ter o direito de rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva; não admitimos o direito de tocar na própria matéria fatural (ARENDDT, 2016, p.296).

O espaço público é de suma importância para o exercício da memória. É um local onde convivem diferentes gerações, memórias e pensamentos, possibilitando que as memórias dos acontecimentos sejam contadas por diferentes sujeitos, convergindo ou divergindo, mas, sobretudo, sendo contadas, e não excluídas. Visto que “Atividades verdadeiramente políticas, por outro lado, o agir e o falar, não podem de forma alguma ser executadas sem a presença de outrem, sem o público, sem um espaço constituído pelo vulgo” (ARENDDT, 2016, p. 271).

Assim como o vidro que por qualquer descuido se despedaça, a memória é algo frágil. Basta uma mentira bem contada e um bom narrador para mudar os fatos e levar ao esquecimento as lembranças que não oferecem poder e glória. Ter acesso à memória é sinônimo de experienciar o conhecimento. Um povo sem memória está fadado a cometer os mesmos erros do passado. Recordar, ouvir, conhecer o passado, possibilita a compreensão do seu lugar de fala e das ações que podem ser tomadas para mudar a realidade atual.

Adquirir consciência do próprio papel perante a comunidade é de total importância. Arendt (2016, p. 275) afirma que “o juízo pode ser uma das faculdades do homem enquanto ser político na medida em que lhe permite se orientar em um domínio público, no mundo comum: a compreensão disso é virtualmente tão antiga como a experiência política articulada”. O presente é o lugar de fala para que se possa trazer à tona o que o passado testemunhou, mas deu lugar ao esquecimento ao longo dos anos. Desse modo, a memória é peça fundamental na construção da própria história e dos sujeitos da memória. Personagens do presente e do passado recontam e discutem suas experiências em busca de novas lembranças.

2. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A escola, como instituição social, é um importante espaço para se debater sobre a memória. Além de espaço público, político e plural, ela faz parte do conjunto de políticas de esquecimento que foram elaboradas para que as memórias narradas fossem destorcidas e desconstruídas, fazendo com que se acredite nas “memórias escritas pelos vencedores”.

A instituição escolar é o local de transição do espaço privado, que é a família, para o espaço público, que é o mundo, que deve ser conhecido, discutido e descoberto através do convívio com os pares. É nesse sentido que o processo educacional exerce um papel de coerção sem que haja necessariamente o uso da força, produzindo discursos de verdade que, como cordas, tornam os indivíduos marionetes das histórias produzidas e naturalizadas.

Arendt (2016, p. 225) explica que o educar tornou-se um instrumento da política pelo fato de que há uma certa dificuldade em educar e mudar os padrões no que diz respeito à população adulta, o que não ocorre no que se refere às crianças, que, segundo a autora, são o início para o estabelecimento de novos padrões, pois

A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Esses recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em estado de vir a ser.... A criança partilha o estado de vir a ser com todas as coisas vivas (ARENDR, 2016, p. 234).

A educação é por lei direito de todos e dever do Estado. Um indivíduo passa pelo menos quinze anos da sua vida no espaço escolar. Desde o início da jornada na escola, os alunos se deparam com memórias que deturpam a imagem de diversos grupos sociais, como por exemplo: os negros são descendentes de escravos ou o golpe militar de 1964 foi uma revolução; quando, na verdade, estas falas são apenas resquícios de memórias de um grupo social que tem se sobressaído há séculos.

Por ser uma instituição legitimada pelo Estado e pela sociedade, o espaço escolar cumpre bem o papel de perpetuar os discursos gerados a partir de fragmentos de memórias, já que elas estão inscritas no próprio livro didático e no imaginário social, sendo corroboradas inúmeras vezes pelos docentes.

Há uma imposição de memórias enunciadas por gerações e que se tornam um ciclo vicioso e difícil de ser quebrado. As lembranças inscritas fazem parte do imaginário cultural de certas pessoas, que, como o poeta, foram enaltecidas com detentoras de verdade. Não se trata apenas de rememorar, mas de controlar o que se escreve ou fala, abusando do seu lugar no corpo social.

Ao modo dos antigos gregos, aqueles que constituem o espaço da sala de aula bebem como que da água do rio *Léthe*¹ e se permitem esquecer determinadas memórias, a fim de manter a

¹ Rio do esquecimento, cujas águas os espíritos deveriam beber antes de voltar ao mundo dos vivos.

ordem social estabelecida. O espaço público dá lugar a um espaço fechado, cartesiano e reprimido.

Quando as restantes passaram, todas se encaminharam para a planura do Lete, através de um calor e uma sufocação terríveis. De facto, ela era despida de árvores e de plantas. Quando já entardecia, acamparam junto do Rio Ameles, cuja água nenhum vaso pode conservar. Todas são forçadas a beber uma certa quantidade dessa água, mas aquelas a quem a reflexão não salvaguarda bebem mais do que a medida. Enquanto se bebe, esquece-se tudo. Depois que se foram deitar e deu a meia-noite, houve um trovão e um tremor de terra. De repente, as almas partiram dali cada uma para seu lado, para o alto, a fim de nascerem, cintilando como estrelas (PLATÃO, 621a).

Assim, são criados sujeitos do esquecimento, moldados, que não são capazes de refletir sobre si e sobre sua inserção no espaço público. Na realidade, eles nem mesmo se reconhecem como atores e criadores de memória, já que dentro desse espaço público, que é a escola, inúmeras vezes não encontram lugar de fala. E quando procuram contestar, refletir, são imediatamente podados por ser a figura do professor detentora da autoridade em sala de aula.

Há uma visível manipulação exercida pelo mestre e corroborada pelo aluno. Os padrões a serem seguidos estabelecem os tipos de alunos premiados e os punidos. Os professores competentes e os folgados. É nesse sentido, que Huberman (2017, p.48) questiona: “Cumprir então simplificar para transmitir? Embelezar para educar? Radicalizando, poderíamos dizer: temos de mentir para dizer a verdade?” As memórias, assim como uma arma, são polidas, preparadas, arrumadas para exercer a sua função de contar os fatos que convém. Elas podem até conter certas verdades, o que não significa dizer que são puramente verdade.

A falta de memória priva a população de obter justiça social, mesmo as que ainda possuem algum senso político, suscitando uma exaltação a supostas figuras nacionais, idealizando heróis da pátria. O que reforça a noção de que o cotidiano ou as histórias comuns não devam ser contadas. A política de esquecimento na escola é também uma violência, alimentando ódio por certos grupos sociais.

Uma comunidade sem memória, se equipara ao que Foucault (2011) denomina *stultus*, alguém que está como que em um estado de dormência, preocupado com o porvir, que não se conhece e não quer a si mesmo, não compreende que é olhando o passado a partir do presente que o futuro é construído, deixando-se devorar pelo esquecimento.

O homem que deixa assim devorar pelo esquecimento tudo que acontece, não é capaz de ação, de êxito, de ócio agradável, de *skolé*. Não é capaz sequer da vida social... Mais ainda, além de não se poder efetuar todas essas totalizações, também não se pode constituir a si mesmo como uma identidade. Pois o homem que se deixa assim devorar pelo esquecimento, está, pois, em seu próprio ser, entregue a descontinuidade (FOUCAULT, 2011, P. 419).

E se ao invés de política de esquecimento, pensássemos a memória como política pública? Ressignificar espaços nos dá a oportunidade de rememorar a história que já conhecemos e conhecer memórias que não foram contadas. Transformar o espaço educacional em um local verdadeiramente de construção do eu e de trocas de experiências.

Los nuevos sujetos del nuevo pasado son esos “cazadores furtivos”, que pueden hacer de la necesidad virtud, que modifican sin espectacularidad e com astucia sus condiciones de vida, cuyas prácticas son más independientes que lo creyeron las teorías de la ideología, de la hegemonia e de las condiciones materiales inspiradas em los diferentes marxismos. Em el campo de esos sujetos hay principios de rebeldia y principios de conservación de la identidad, dos rasgos que las “políticas de identidad” valoram como autoconstituyentes (SARLO, 2012 p. 19).

Se faz necessário construir, portanto, uma memória que, ao invés de privar, julgar e condenar, ajude o ser humano a compreender as diversas nuances do seu passado. Memórias de pessoas comuns que viveram um mesmo acontecimento histórico, mas não tiveram oportunidade de contar sua perspectiva. O testemunho plural dá veracidade ao acontecimento. Estar atento e valorizar as lembranças do “outro” dá início a um processo para reverter as ambiguidades e diferenças que, ao invés de unir, segregam as culturas.

É um confronto necessário entre história e memória que pode resultar em novos desdobramentos na construção de um povo.

As histórias importam, muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 32.)

Por isso o anseio do Estado em manter as memórias apagadas. Rememorar causa medo de que uma comunidade compreenda que está envolta nas amarras de certas mentiras construídas por gerações. Medo de que, ao conhecer as histórias além da “oficial”, essa mesma comunidade decida construir um novo futuro, valorizando seu passado.

Negar a responsabilidade da escola no processo de construção de memória é correr o risco de permanecer com os estereótipos que foram criados e mantidos ao longo de séculos. É consentir que as novas gerações continuem acreditando que ser oprimido, silenciado, é normal, e que a história dos vencedores é a verdade absoluta.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, e com tal gesto salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDETT, 2016, p.247).

É na diferença que o sujeito se constrói, discutindo pontos de vista, no entrelace de ideias que faz de si, do outro e do mundo. O processo de (re)construção da historiografia de uma comunidade envolve diversas ações e personagens, a começar pelo entendimento de que não há um ponto de vista definitivo sobre os acontecimentos. Na obra *A memória, a história e o esquecimento* Ricoeur (2007, p.77) alerta que “grande é o poder da memória”. Sendo assim, é

necessário consciência e responsabilidade para usá-la de modo adequado e que contemple a sociedade em sua totalidade.

A maneira mais eficaz para que isto aconteça é a utilização correta do espaço público, sendo a instituição escolar um local adequado para tal feito, por ser um espaço vivo que engloba família, corpos discente e docente, comunidade, entre outros. Trata-se de criar uma cultura da memória e delegar a responsabilidade de mantê-la e exercitá-la a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço público é necessário para a construção de si, do outro e do mundo. É através do diálogo, das discussões e das trocas de experiências que a memória coletiva se delineia, através de linhas tênues e frágeis, pois basta que surja uma “verdade absoluta” para que as memórias narradas se tornem vagas lembranças. A ação conjunta entre memória e espaço público faz com que o indivíduo se torne um sujeito moral, que aprende sobre si e sobre sua comunidade, adquirindo diversos saberes ao longo da vida e compreendendo o quão importante é conhecer a memória do seu povo, fazendo dela um ato político.

Faz-se necessário que a memória seja uma obrigação moral e política para a sociedade. Valorizar os acontecimentos passados evita a repetição de erros e atrocidades cometidas outrora, dando lugar a possibilidade de construir um futuro com dignidade e qualidade de vida a todas as esferas sociais. Ao pensar a memória como política pública serão necessárias diversas ações que a consolidem no espaço social e identitário, como dar lugar de fala, buscar documentos, manuscritos, cartas, e os próprios registros orais que são repassados entre as gerações e que culminam em novas histórias sobre um mesmo acontecimento.

Consiste em uma tarefa a longo prazo e que demandará tempo e paciência por parte dos mediadores, até que a população compreenda a representação do espaço público como um local onde todos têm direito a participação, além de perceber o seu papel de alavancar a produção de conhecimento. É preciso olhar de novo e de novo para compreender que a temporalidade dos espaços públicos carrega memórias afetivas, medos, anseios e impressões de diversos indivíduos que os ocuparam. A memória traz à luz a verdade, no sentido de reconhecermos nossa humanidade e nossas convergências.

No âmbito do espaço escolar, a instituição pode dispor da educação patrimonial como meio de valorização cultural e de memória, instigando discentes, docentes e comunidade geral a buscar e discutir sobre sua formação político-social. Este espaço deve servir como lugar para a construção do que Sarlo (2012) denomina de “Pós-Memória”, que nada mais é que construir novas memórias a partir de memórias de outras gerações. A memorização é um método utilizado desde a Antiguidade greco-romana como meio de aprendizado, permanecendo até os dias atuais. O empecilho para que a memória se torne um meio de aprendizagem é que, ao longo da vida escolar, o aluno memoriza apenas o que interessa.

Cabe contudo aos responsáveis pela instituição escolar elaborar meios que instiguem seus docentes e discentes a buscarem as “verdades” escondidas nas entrelinhas. Projetos que tenham início no ambiente escolar, mas que se estendam a outros espaços público como praças, teatros, parques. É imprescindível ressignificar a memória coletiva, tornando-a um ato político de exercer a liberdade de fala e de expressão, a fim de conceber o espaço público como o solo de enraizamento das novas histórias a serem contadas, estejam elas no passado ou no presente. Do rei ao plebeu, todos são sujeitos da memória.

É impossível falar de memória e não falar de poder. Poder este que durante gerações tem se utilizado das “verdades” (lembranças) de certos indivíduos para criar estereótipos, justificar atrocidades, contando a sua versão da história de outras pessoas, sejam elas de indivíduos ou de comunidades. Rememorar é dar o poder de fala a outros, permitindo que todos possam narrar suas histórias. Sem a narrativa a memória não acontece. E sem os ouvintes/leitores ela não se afirma. É no espaço público que as falas se conectam e intercalam e nos dão novas histórias. Rememorar é resistir.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8ªed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- PLATÃO. **República**. Livro X, 615 a-e - 621 a-e.
- RICOEUR, **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa, Portugal, edições 70, 1999.
- _____. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas: Papyrus, 1988.